

Esta apresentação é dirigida para a sociedade brasileira e de forma especial para o colégio eleitoral do terceiro setor no Conselho Gestor da Internet - CGI.

Meu primeiro nome é Marcus, amigos e conhecidos me chamam de Manhães e sou pesquisador em tecnologias de telecomunicações e radiodifusão. Em outubro de 2010 fui consultado se aceitaria concorrer ao CGI para uma representação da sociedade civil organizada. No esforço de avaliação, reconheci minhas lutas históricas. A motivação para aceitar se deu ao compreender que, em favor da sociedade brasileira, há muito para se construir e para se disputar no cenário disperso das comunicações em que se configura a Internet brasileira – incluindo-se sua inter-relação com a Internet mundial, as telecomunicações e obstáculos interpostos pelos interesses de grandes corporações que atuam em apropriação capitalista global.

Ao vislumbrar o tamanho do titã, prematuramente percebi minhas limitações e as de qualquer outra pessoa – se agir individualmente. Foi, portanto, processual compreender que para a empreita necessitaria de algo além de minhas qualificações técnicas e histórico de participação nos movimentos sociais: valores e significantes, além de apoio continuado de outros indivíduos. Ao revisitar as proposições estruturantes do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação- FNDC¹, retomei valores. Contudo, o mais importante foi identificar os seus portadores: entidades da sociedade civil que já estão despertas para enfrentar os problemas da área das comunicações no País. Imediatamente passei a contar com o suporte do FNDC e seus afiliados e da Federação Interestadual dos Trabalhadores em telecomunicações- FITTEL.

A discussão sobre a Internet requer grande esforço para a apreensão de conceitos e identificação de potencialidades para fins múltiplos. Em uma arquitetura tão complexa, certamente, há inúmeras frentes que impactam a sociedade brasileira. Infelizmente, poucos compreendem amplamente tais signos, ainda que muitas de suas expressões efetivamente colidam contra interesses da sociedade brasileira e de seus indivíduos.

Uma questão crítica decorre desta dificuldade de apreensão: o maior domínio sobre a Internet está estruturado em organizações não-sociais e que objetivam no interesse econômico a maximização de seus ganhos, raramente contemplando a sociedade ampla ou mesmo o respeito às soberanias ultranacionais. Essa é, sem dúvida, uma frente de lutas para qual me aplicarei, enquanto interlocutor no CGI e mediador com a sociedade civil. Temos que transcender as questões técnicas para subjugar-las às políticas sociais. Afirmção que traduz uma visão de ciência que congrego na qual os desafios de desenvolvimento e de criação devem efetivamente se voltar para atender o interesse social – não a maximização de lucros econômicos, como predomina por iniciativa de fontes de financiamentos.

Um grande exemplo do que tento esclarecer é a questão da neutralidade de rede. A não diferenciação dos usuários, objetivada na neutralidade de rede, não pode ser confundida com a natureza dos protocolos praticados na comunicação dos dados, que seleciona subconjuntos de dados em pacotes, segundo a natureza do serviço e de sua temporalidade para gerenciamento de tráfego. A evolução tecnológica pode chegar ao ponto onde não seja necessário distinguir se um pacote de dados é de um fluxo de vídeo ou de um e-mail. Por hora, tal distinção pertence a essência técnica. Contudo, tal essência não pode relegar o ser humano ao plano secundário – designando melhor desempenho para uns em detrimento de outros.

¹ Documentos em http://fndc.org.br/internas.php?p=internas&lay_key=5&cont_key=10

A partir de limites da técnica, adentramos no terreno das definições políticas, econômicas e estratégicas, assumindo desafios de reivindicar redes, e elementos das mesmas, capazes de apresentar desempenhos requeridos em nossa interpretação dos valores sociais e democráticos. Para isso, cabem compreensões técnicas, econômicas e sociais. Com a devida elaboração destas questões, a sociedade organizada poderá deixar claro ao governo o que demanda e, assim, negociar rumos a seguir.

A Internet é direito de cada cidadão. Porém, há regiões do Brasil com maiores deficiências e que clamam por atenção e esforços que as tragam, ao menos, à realidade da periferia nos grandes centros urbanos. É importante compreender que a grande maioria das deficiências com a Internet está relacionada com a infraestrutura de comunicações e com o baixo poder aquisitivo para compra de computadores e serviços de acesso. Portanto, o esforço do Plano Brasileiro de Banda Larga é transversal à realidade da Internet no país. O esforço de disponibilização de infraestrutura de comunicações alinha-se com a luta pela democratização e obtenção de garantias para o acesso a serviços públicos, ao trabalho e as condições de vida dignas para todos os brasileiros.

Devemos enfrentar esse momento histórico com o objetivo de definir uma regulamentação ampla e perene das comunicações, que hoje incluem o fenômeno Internet, com resultados emancipadores para a sociedade brasileira. Afirmo que leis aplicáveis serão um dos aspectos críticos na Internet ainda que vão exercer-se em subconjuntos da mesma. Entretanto, os reflexos serão efetivos sobre a sociedade brasileira e sobre o sistema de telecomunicações do país. Outros desdobramentos poderão impactar as relações internacionais. Estas influências se encaminham há algum tempo. Assumo essa frente de lutas e para ela me alinho com representações sociais comprometidas com os valores democráticos nas comunicações.

Em nossos embates de elaboração da plataforma, produto consensual, com apenas oito candidatos, pudemos constatar que não desenvolvemos um conceito único e indistinto sobre as necessidades da sociedade em relação aos assuntos transversais a Internet. Essa constatação é interessante e revela a importância de debates com gente interessada em superar dificuldades e construir políticas públicas. As respostas não estão completas e as questões não estão totalmente formuladas. Nós, futuros conselheiros, devemos nos disponibilizar para debates públicos e objetivar meios institucionalizados no CGI para criar fóruns de debates com participação ampla da sociedade.

Compreendo que minha candidatura está alinhada com um planejamento estratégico de setores da sociedade interessados nos reflexos da área das comunicações, que priorizam a plenitude das comunicações como condição para o alcance de objetivos nacionais. Portanto, não há como pedir simplesmente o voto. Preciso de mais. Preciso que participem das discussões relativas à Internet e de seu impacto na abrangência de sua representação social. Cada uma das entidades do colégio eleitoral pode ter uma leitura dos impactos que a tecnologia traz à sociedade, pode identificar distintas carências essenciais. Essa leitura interessa e pode subsidiar os conselheiros no intuito de desenvolver políticas públicas que assegurem o bem social.

Finalmente, no site do CGI (<http://www.cgi.br/eleicao2010/lista-candidatos.htm>) existe uma relação completa dos candidatos e alguns disponibilizaram o currículo. O meu está lá. Acho interessante ver o de todos e comparar segundo os critérios próprios de cada eleitor. Minha longa experiência em sistemas de telecomunicações, tanto no desenvolvimento quanto na certificação de tecnologias, é um diferencial dos demais candidatos, para que a sociedade tenha uma interlocução consistente nessa etapa de expansão da banda larga e proliferação da internet no Brasil. Recomendo a leitura da Plataforma por uma Internet Livre, Inclusiva e Democrática - Propostas para as Eleições 2011 do CGI.br, a qual subscrevo. Lembre-se, você pode votar em até quatro candidatos. Boa votação!